

# **NOVOS AGRICULTORES FAMILIARES DE NHANDEARA (SP): A CONQUISTA DA TERRA VIA PROGRAMA NACIONAL DE CRÉDITO FUNDIÁRIO\***

Adrielle Rodrigues Prates, Antônio Lázaro Sant´Ana, Divanir Zaffani Sant Ana  
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Engenharia do  
Câmpus de Ilha Solteira, martinha.agro@gmail.com, lazaro@agr.feis.unesp.br,  
nyllzaffani@hotmail.com.

## **Resumo**

As perspectivas da agricultura familiar têm motivado discussões tanto no âmbito político, como acadêmico, estimulando pesquisas que buscam uma melhor compreensão do seu cenário futuro. A investigação que originou este artigo, realizada em 2015, visou caracterizar um grupo de agricultores que conseguiram a terra por meio da aquisição, via Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), no município de Nhandeara (SP). A pesquisa abrangeu 16 (36% do total) agricultores familiares do Projeto e foi realizada por meio da aplicação de um questionário, no qual levantou-se informações sobre o perfil das famílias e da produção dos estabelecimentos, a origem da renda familiar e a evolução da mesma após a conquista da terra. Constatou-se que 68,8% dos produtores pesquisados parou de estudar antes de completar o ensino fundamental; a média de idade é de 50 anos e a maioria tinha experiência na agricultura antes de se tornar produtor autônomo. Apenas 43,8% dos pesquisados mora no estabelecimento, sendo mais frequente (31,3% do total) a presença de dois membros residindo no lote. A atividade desenvolvida em quase todos as unidades familiares é a pecuária bovina, com destaque para a produção de leite que é realizada 43,8% dos lotes pesquisados. Também verificou-se que 81,3% das famílias combinam renda agrícola e não agrícola, por meio do trabalho de algum membro da família (pluriatividade) e/ou outro tipo de renda (aposentadorias, aluguel, etc.). A renda bruta total média da maioria (56,3%) das famílias situava-se (em 2015) entre 2,1 e 5,0 salários mínimos, sendo que 75% do total dos pesquisados consideraram que a renda familiar aumentou após a obtenção da terra.

**Palavras-chaves:** formação de novos estabelecimentos familiares, crédito fundiário, caracterização das famílias, geração de renda, política pública.

\* Pesquisa desenvolvida com apoio CNPq e primeira autora bolsista PIBIC/CNPq.

## INTRODUÇÃO

As perspectivas da agricultura familiar têm motivado discussões tanto no âmbito acadêmico, como político. As análises sobre os impactos do avanço tecnológico direcionados a ganhos de escala e sobre as mudanças no padrão competitividade no capitalismo moderno mostram que esses processos resultaram na expulsão do campo de milhões de agricultores familiares em mundo todo.

A modernização do campo insere-se em um conjunto de mudanças estruturais, econômicas, sociais, políticas e culturais, trazidas pelo contexto capitalista e da globalização, ocorrendo profundas transformações no mercado de trabalho e do sistema de comunicações (BRUMER, 2007).

De acordo Lei 11.326/2006 que estabelece a Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais (2006) a agricultura familiar é definida como um pequeno estabelecimento rural (até quatro módulos fiscais) que desenvolve atividades econômicas no estabelecimento, utilizando predominantemente mão de obra familiar, sendo que maior parte da renda da família deve ser oriunda da propriedade rural.

A agricultura familiar é definida nesse projeto como uma forma de produção e modo de vida em que o trabalho e a gestão do estabelecimento são predominantemente familiar, incluindo produtores com distintas lógicas produtivas e de reprodução social, e diferentes graus de tecnificação, de inserção no mercado e de geração de renda (LAMARCHE, 1993; WANDERLEY, 1999).

Para Schneider (2003) a noção de “agricultura familiar” emergiu no contexto brasileiro apenas na década de 1990, de forma tardia em comparação a outros países desenvolvidos que possuem tradição no tema, mas nessas duas décadas ganhou legitimidade, sendo associada a temas como desenvolvimento sustentável, geração de emprego e renda, segurança alimentar e desenvolvimento local. Outros fatores que potencializam este debate em meio à sociedade são também o aumento de produtores assentados pela reforma agrária e a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar-Pronaf (FAO/INCRA, 2000).

Mendonça (2008) acredita que apesar da importância da agricultura familiar, de sua expressividade na produção agrícola e de sua capacidade de interação com outras atividades econômicas e sociais, que os(as) filhos(as) de agricultores(as) a partir da década de 90 têm deixado a propriedade para encontrar oportunidades fora do meio rural. Este processo tem resultado na masculinização e no envelhecimento no campo, devido intenso processo migratório de jovens que buscam maiores possibilidades de escolarização na cidade, estão insatisfeitos o ganho obtido na agricultura e com a penosidade e a imagem negativa do trabalho agrícola.

De acordo com Sant’Ana et al. (2014) a agricultura familiar vem enfrentando também problemas como: a estrutura fundiária, o tipo de acesso à terra, às políticas macroeconômicas e setoriais; e de fatores internos ou específicos da unidade familiar, como os recursos financeiros disponíveis, a quantidade e a qualificação da mão-de-obra, a tecnologia empregada, a forma de gestão, a distância dos mercados e a possibilidade ou não de combinação de rendas agrícolas e não-agrícolas.

O objetivo deste trabalho foi realizar uma investigação sobre os *novos* agricultores familiares, buscando caracterizar o perfil das famílias e da produção dos estabelecimentos, a origem da renda familiar, a evolução da mesma após a conquista da terra e a visões destes *novos* produtores diante da problemática atual na agricultura familiar e do seu futuro, visando caracterizar esta parcela de agricultores que conseguiram a terra por meio da aquisição, via Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), no município de Nhandeara (SP).

## **METODOLOGIA**

A presente pesquisa foi realizada no município de Nhandeara (SP), situado na Microrregião Geográfica (MRG) de Jales, no Estado de São Paulo. Esta investigação faz parte de um projeto de pesquisa mais amplo que estuda as características dos novos agricultores familiares de três microrregiões do noroeste paulista (MRG de Andradina, MRG de Auriflora e MRG de Nhandeara).

A pesquisa mais ampla buscou contemplar os principais sistemas de produção e os produtores pesquisados apresentam um tempo de efetiva e plena gestão da propriedade entre três e doze anos. Este recorte temporal, embora contenha uma margem de arbitrariedade, deve-se a opção de não pesquisar produtores que acabaram de assumir a propriedade (menos de três anos), pois podem estar ainda se adaptando à nova condição ou resolvendo questões contingentes da gestão anterior ou, no caso dos assentados, não ter recebido os recursos para iniciar o processo produtivo; enquanto doze anos foi considerado um tempo suficiente para os produtores estarem completamente estabelecidos. Atendidos estes critérios, a escolha das famílias assentadas foi realizada ao acaso.

Foram pesquisados, ao acaso, 16 produtores de um projeto de crédito fundiário (Programa Nacional de Crédito Fundiário - PNCF) que atendiam aos critérios estabelecidos na pesquisa mais ampla. O número não foi definido por critério estatístico, mas representam 36% do total de produtores do Projeto, o que consideramos suficiente para apreender qualitativamente as características diferenciais desse grupo de produtores e a diversidade de suas estratégias, visando entender como está se processando a constituição das novas unidades familiares no âmbito desse Projeto, em Nhandeara (SP).

O PNCF é constituído de um conjunto de ações que visa, por intermédio de crédito fundiário, a promoção do acesso à terra e investimentos básicos e produtivos, que permitam estruturar os imóveis adquiridos com recursos do Fundo de Terras e da Reforma Agrária, instituído pela Lei Complementar nº 93, de 4 de fevereiro de 1998 (BRASIL, 2009).

O questionário, composto de perguntas abertas e fechadas (CHIZZOTTI, 1991) visou à caracterização dos produtores e da unidade de produção, em termos socioeconômicos. Foram levantados dados sobre o perfil da família e informações detalhadas sobre a forma de obtenção da propriedade (sucessão ou aquisição ou política de assentamentos rurais) e o ponto de vista destes novos agricultores sobre o presente e o futuro da agricultura familiar.

Foi realizada também uma pesquisa no banco de dados do IBGE (2006), sobre agricultores na Microrregião de Auriflora e Nhandeara para completar as análises.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Em relação ao perfil dos novos agricultores familiares, constatou-se que, dos 16 entrevistados, a média é de 50 anos de idade, 68,8% parou de estudar antes de completar o ensino fundamental, e em relação ao tempo que trabalham como agricultor, a grande maioria mencionou trabalhar no campo desde quando eram crianças ou adolescentes.

A relação de profissões não agrícolas exercidas pelos pesquisados está discriminada na Tabela 1. Note-se que o produtor pode ter mencionado mais de uma profissão, já que a pergunta abrangia toda a sua vida, assim como teve produtores que não citaram nenhuma (percentual refere-se ao total de agricultores pesquisados).

Dos 16 produtores familiares pesquisados, 12 já trabalharam em outras profissões, sendo que destes também se verificaram agricultores que moraram ou trabalharam um

período de suas vidas na atividade agrícola. Trata-se de um movimento inverso ao êxodo rural de períodos anteriores, fato também constatado em estudos sobre migrações no Brasil que apontam um fluxo de retorno às cidades para as “origens”, ou seja, para os lugares que sofreram grande esvaziamento em períodos anteriores (DESCONSI, 2007).

**Tabela 1.** Profissões não-agrícolas exercida em algum período da vida do agricultor familiar do PNCF, pesquisado em Nhandeara-SP.

<b>Profissões não-agrícolas</b>	<b>Número de produtores</b>	<b>% de produtores</b>
Usina de Açúcar e/ou Biocombustível	3	18.9
Mestre de Obras	2	12.5
Empregada Doméstica	1	6.3
Funcionário Público	1	6.3
Auxiliar de Enfermagem	1	6.3
Construtor pavimentação de asfalto	1	6.3
Tratorista	1	6.3
Polícia Militar	1	5.3

Fonte: Dados da Pesquisa, 2015.

Verificou-se ainda que 75% dos entrevistados já exerceram outras profissões, 81,3% das famílias combinam renda agrícola e não agrícola, sendo mais frequente a renda proveniente da aposentadoria, mas há uma grande variedade de atividades geradoras de renda não agrícola (Tabela 2).

**Tabela 2.** Número e percentual de rendas não agrícolas das famílias do PNCF, pesquisadas em Nhandeara-SP, de acordo com a fonte da renda.

<b>Fonte de Renda não-agrícola</b>	<b>Número de famílias</b>	<b>% de famílias</b>
Aposentadoria	6	37,5
Pedreiro	3	18,8
Aluguel	2	12,5
Hospital	1	6,3
Usina	1	6,3
Doméstica	1	6,3
Tratorista	1	6,3
Pensionista	1	6,3
Auxiliar de Enfermagem	1	6,3
Caminhoneiro	1	6,3
Caminhoneiro Frete	1	5,3
Costura	1	6,3
Leilão	1	6,3

Fonte: Dados da Pesquisa, 2015.

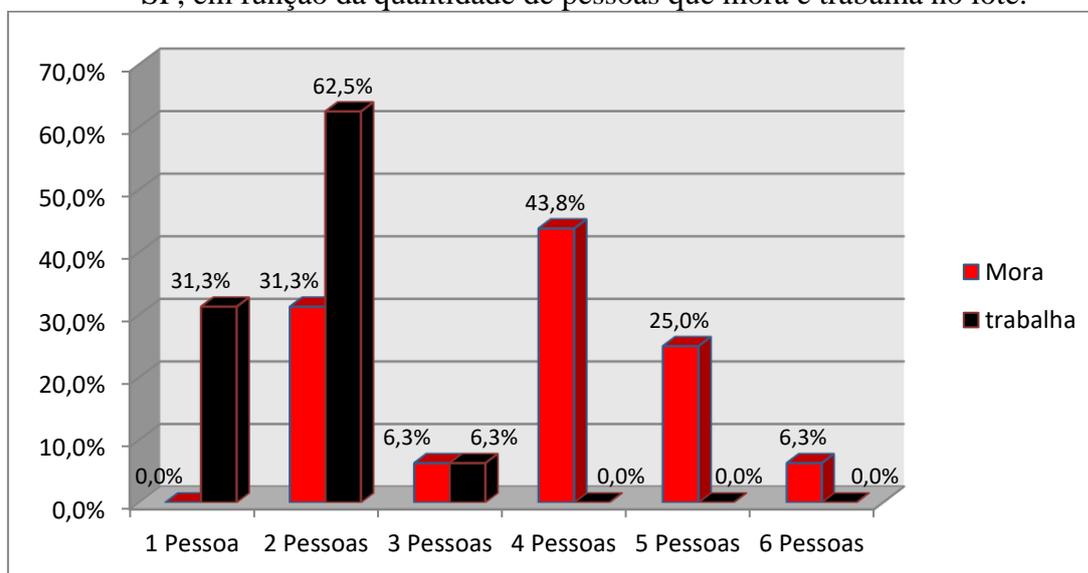
A grande maioria (81,3%) combina atividades agrícolas e pecuárias, mas a principal fonte de renda é bovinocultura, especialmente a produção de leite que é realizada 43,8% dos lotes pesquisados.

Esses resultados indicam que grande parte das famílias pesquisadas é pluriativa (recebem renda proveniente de trabalho não agrícola) e outra parte possui outros tipos de renda não agrícola. Petinari, Bergamasco e Tereso (2010) afirmam que a agricultura familiar pluriativa tem um caráter multidimensional, em que a renda das atividades não agrícolas “complementa” a renda agrícola, possibilitando que as famílias permaneçam no campo, mantendo e/ou capitalizando suas propriedades de modo a torná-las competitivas, dentro de novo formato de produção agrícola. Wanderley (1999) afirma que o trabalho externo que a família pode vir a exercer não indica uma necessariamente degradação da atividade agrícola familiar, ao contrário, significam estratégias utilizadas pelos grupos para a reprodução da família e da propriedade.

Como a pesquisa refere-se aos novos agricultores familiares que obtiveram a terra por PNCF, o tamanho dos estabelecimentos é semelhante. Entre os agricultores pesquisados a maioria (68,8%) possui área de 4,24ha, três dos entrevistados (18,78%) 4,36 ha, e um entrevistado diz possuir 4,84 ha e outro entrevistado disse ter 6,05 ha. Observa-se que as propriedades são bem pequenas, sendo que o tamanho mínimo considerado adequado para uma unidade de produção familiar é possuir de um módulo fiscal, portanto, essas famílias dispõem de uma área própria bem inferior a este limite.

Entre as 16 famílias pesquisadas encontrou-se com mais frequência quatro pessoas (43,8%) morando no estabelecimento, mas um percentual expressivo de famílias (31,3%) possui apenas dois membros que residem no lote. Quando se considera o número de pessoas que trabalham efetivamente no lote, em 62,5% das famílias há somente duas pessoas responsáveis pelo trabalho (Figura 1).

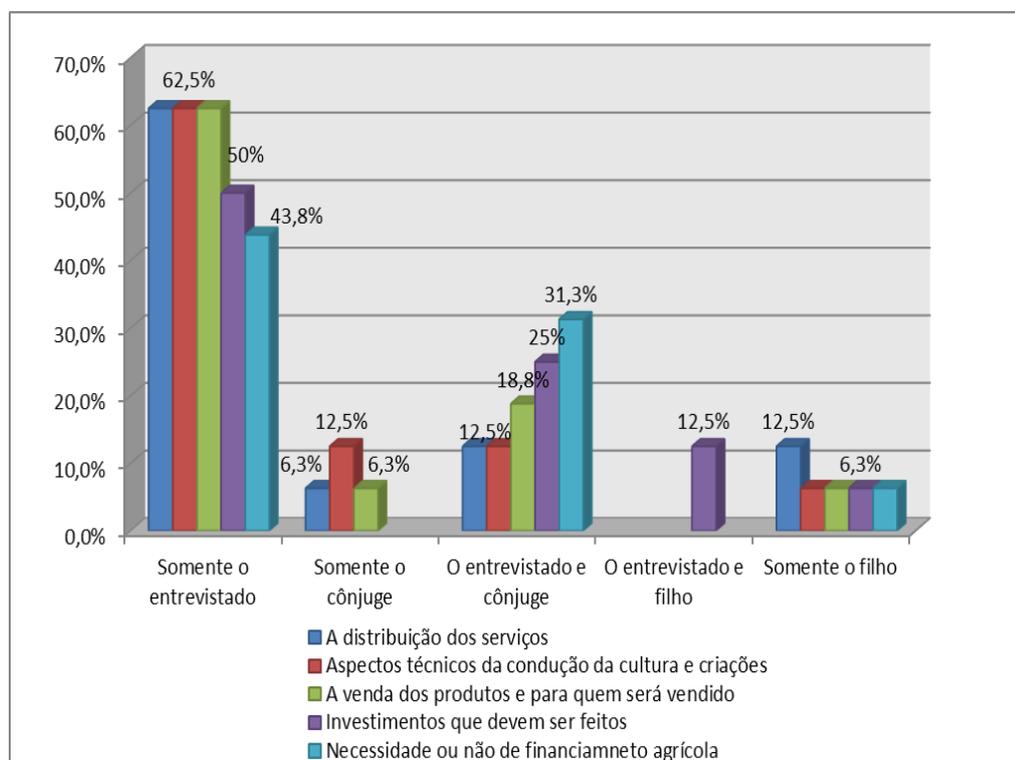
**Figura 1.** Distribuição percentual de agricultores familiares pesquisados em Nhandeara-SP, em função da quantidade de pessoas que mora e trabalha no lote.



Fonte: Dados da Pesquisa, 2015.

Como pouco mais de dois terços dos entrevistados foram homens, nota-se, na Figura 2, que a participação das mulheres nas decisões é menor em todos os itens. Na maioria dos casos o papel da mulher ocorre de maneira conjunta com o cônjuge, com destaque para as decisões sobre a realização ou não de financiamento agrícola e sobre investimentos que devem ser feitos no lote.

**Figura 2.** Distribuição percentual dos agricultores familiares pesquisados, em Nhandeara-SP, de acordo com a participação dos membros da família nas decisões.



Fonte: Dados da Pesquisa, 2015.

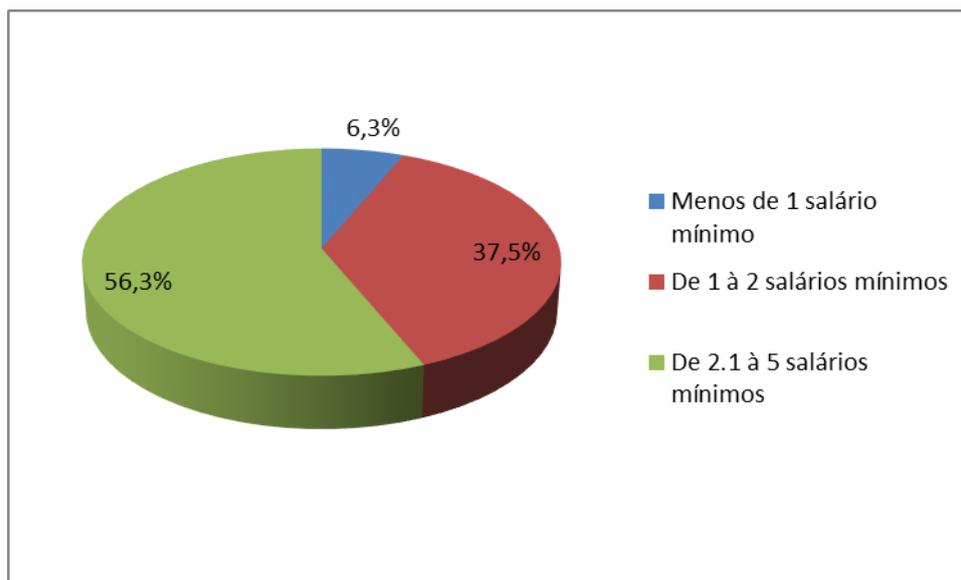
Quando se procede a separação por sexo, fica evidente que a mulher tem menos participação em relação as decisões da propriedade, especialmente na distribuição dos serviços e em aspectos técnicos de condução das culturas e criações. Todos os 16 entrevistados casados, sendo que a participação nas decisões sobre a distribuição dos serviços em 12,5% dos casos ocorre de maneira conjunta, em 81,3% dos pesquisados é o homem (um dos casos representado pelo filho) quem decide e somente 6,3% das famílias é a mulher quem toma esse tipo de decisão. Quanto às decisões sobre aspectos técnicos da condução das culturas e criações, em 12,5% dos casos a participação é conjunta, em 81,3% é uma decisão exclusiva do homem e em somente 6,3% das mulheres. Na participação nas decisões sobre a venda de produtos e para quem será vendido, em 18,8% das famílias é uma decisão conjunta, 75% do homem apenas e em 6,3% da mulher. Quanto à participação nas decisões sobre investimentos que devem ser feitos, em 25% das unidades familiares as decisões são em conjunto, em 56,3% dos casos cabe ao homem, sendo que em uma família o pai e o filho participam das decisões de investimento. E por último, no que se refere à participação das decisões sobre a necessidade ou não de um financiamento agrícola, em 31,3% das famílias é uma decisão do casal, em 43,8% limita-se ao homem e em 6,3% é a mulher quem decide.

A participação dos filhos nas decisões é quase desprezível entre os pesquisados e quando ocorre é em conjunto com seus pais (Figura 2). A baixa influencia dos filhos pode estar relacionada pela ausência desse na propriedade ou pela pouca idade, mas também, em muitos casos, deve-se à estrutura patriarcal de poder presente entre os agricultores familiares. Maia (2011) ao investigar a participação dos jovens rurais da Microrregião de Jales-SP nas decisões da propriedade, observou que apesar das respostas deles indicarem alguma presença nas decisões, configurava-se mais a mera emissão de uma opinião, ou

seja, a influência do patriarca é muito forte e a participação efetiva dos filhos nas decisões é pequena ou inexistente, fato que pode influenciar na saída deste indivíduo do meio rural, em busca de independência, autonomia e outras oportunidades.

A renda monetária bruta total média da maioria das famílias (56,3%), de acordo com declaração dos pesquisados, situa-se entre 2,1 e 5,0 salários mínimos (SM), mas um percentual expressivo (37,5%) possui entre 1,0 e 2,0 SM de renda monetária bruta total e uma família auferiu renda menor do que um salário mínimo (Figura 3).

**Figura 3.** Distribuição percentual de agricultores familiares do PNCF, pesquisados em Nhandeara-SP, em função da renda monetária bruta mensal média da família.



Fonte: Dados da Pesquisa, 2015.

A grande maioria dos pesquisados (75%) considerou que a renda familiar aumentou depois de ter obtido o lote, o que leva a deduzir que a situação anterior ao assentamento era bem precária.

Ao nível local, no entanto esta renda é relevante e de acordo com Soares et al. (2009) a agricultura familiar contribui para o desenvolvimento econômico e sustentável no ambiente rural, sendo que é a principal atividade econômica de várias regiões do Brasil, além de contribuir com a grande maioria dos empregos na agropecuária brasileira.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos resultados deste trabalho permite apontar algumas características dos *novos* agricultores familiares pesquisados no município de Nhandeara. Verificou-se que a grande maioria dos produtores pesquisados possui baixa escolaridade (ensino fundamental incompleto), média de idade de 50 anos e a maioria tinha experiência na agricultura antes de se tornarem produtores autônomos. São produtores que viviam ou tinham vivido em algum período na área rural como filho de agricultores ou trabalhavam em propriedades de terceiros, sendo que a maioria declarou que trabalhava desde criança na atividade agrícola.

Constatou-se um quadro relativamente restritivo em termos de mão de obra, pois com maior frequência o número de pessoas que trabalha no lote é de apenas duas, sendo

estes o casal. A atividade presente em quase todos as unidades familiares é a criação bovina, com destaque para a produção de leite.

Quase todos trabalham nessas unidades produtivas somente com o auxílio da família (principalmente cônjuge), mas uma parte significativa também recorre à estratégia, cada vez mais comum entre agricultores familiares, que é combinação da renda agrícola e não agrícola, por meio do trabalho de algum membro da família (pluriatividade) e/ou outro tipo de renda (aposentadorias/auxílio doença). A aposentadoria é mais frequente entre todas as rendas não agrícolas, o que demonstra que são produtores autônomos recentes, mas muitos com idade já avançada.

Outro fator que cabe destacar é a baixa participação da mulher nas decisões, principalmente em relação distribuição dos serviços, aos aspectos técnicos da condução de culturas e criações, porém não se trata de pouca atuação no trabalho do lote; como também já foi verificado em várias outras pesquisas sobre a agricultura familiar.

## 6. REFERÊNCIAS

BERGAMASCO, S. M. P. P., FERRANTE, V. L. S. B. No reino da modernização: o que os números do Censo da reforma agrária (não) revelam. In: SCHMIDT, B. V. et al. *Os assentamentos de reforma agrária no Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998, p. 170-204.

BRASIL. MDA. *Programa Nacional de Crédito Fundiário. Manual de operações*.

Disponível em:

[http://www.agricultura.sp.gov.br/attachments/article/212/Manual\\_Operacional\\_do\\_CPR\\_-\\_2009.pdf](http://www.agricultura.sp.gov.br/attachments/article/212/Manual_Operacional_do_CPR_-_2009.pdf). Acesso em: 20 julho 2015.

BRUMER, Anita. A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade. **Juventude Rural em Perspectiva**, 2007.

CHIZZOTTI, A. *Pesquisa em ciências humanas e sociais*. São Paulo: Cortez, 1991.

COSTA, L. F. C.; SANTOS, R. *Política e Reforma Agrária*. Rio de Janeiro: Mauad, 1998. 242p.

FAO/INCRA. GUANZIROLI, C. E.; CARDIM, S. C. S (coords.) *Novo retrato da agricultura familiar*. O Brasil redescoberto. Brasília: FAO/INCRA, 2000 (Projeto UTF/BRA/036).

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Agropecuário 2006. Disp. em:

[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/brasil\\_2006/Brasil\\_censoagro2006.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/brasil_2006/Brasil_censoagro2006.pdf). Acesso em: 26 ago. 2010.

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico

2010. Disponível em:

<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?c=1972&z=cd&o=16&i=P>  
Acesso em: 27/08/2014.

LAMARCHE, H. (Coord.) *A agricultura familiar: uma realidade multiforme*.

Campinas: Ed. da UNICAMP, v. 1, 1993, 336p.

MAIA, A. H. *Vivências e projetos das jovens rurais: um olhar sob sua condição da mulher na agricultura familiar e a relação com suas estratégias*. 2011. 71 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Agronomia, Universidade Estadual Paulista, Ilha Solteira, 2011.

MENDONÇA, K. F. C.; RIBEIRO, A. E. M.; GALIZONI, F. M. Sucessão na agricultura familiar: estudo de caso sobre o destino dos jovens do alto Jequitinhonha, MG. Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 16, 2008. *Anais...* Disponível em: <[http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2008/docsPDF/ABEP2008\\_1292.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2008/docsPDF/ABEP2008_1292.pdf)>. Acesso em: 21 abr. 2015.

PETINARI, R. A.; BERGAMASCO, S. P. P.; TERESO, M. J. A. Estratégias de reprodução social de agricultores familiares da região de Jales-SP. In: CONGRESSO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGIA RURAL, 8, 2010, Porto de Galinhas. *Anais...* Porto de Galinhas: Alasru, 2010. p. 1 - 20. Disponível em: <<http://http://www.alasru.org/wp-content/uploads/2011/07/GT3-RICARDO-ALESSANDRO.pdf>>. Acesso em: 14 jun. 2013.

SANT'ANA, A. L. et al. *Quem são os novos agricultores familiares? A reprodução social dos agricultores familiares e a formação de novas unidades familiares na microrregião de Jales-SP*. Relatório de Final de Pesquisa, Faculdade de Engenharia de Ilha Solteira, Unesp, 2014. 89p.

SOARES, I. F. et al. Agricultura Familiar: Uma alternativa para o desenvolvimento sustentável no Município de Condado –PB. *Revista Infotecnarido*, Mossoró-RN, v.3, n.1, p.56-63, 2009.

SCHNEIDER, S. et al. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 18, n. 51, p.99-121, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v18n51/15988.pdf>>. Acesso em: 09 abr. 2013.

SOARES, I. F et al. Agricultura Familiar: Uma alternativa para o desenvolvimento sustentável no Município de Condado –PB. *Revista Infotecnarido*, Mossoró-RN, v.3, n.1, p.56-63, 2009.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, J. C. (Org.) *Agricultura familiar: realidades e perspectivas*. P. Fundo: EDIUPF, 1999. p. 23-56.